

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.048.708 - GO (2017/0018912-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : **RONAN GOMES DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **ROGÉRIO PEREIRA LEAL E OUTRO(S) - GO015285**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RONAN GOMES DA SILVA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi pronunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I, do Código Penal em relação à vítima Jesely Cordeiro da Silva e no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal em relação à vítima Cecília Barbosa Bastos, ambos na forma tentada (art. 14, II, do CP), em concurso material (e-STJ fls. 374).

A defesa interpôs recurso em sentido estrito e o Tribunal de origem negou-lhe provimento em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 555/556):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. TENTATIVA DE DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRELIMINARES DE NULIDADE. 1 - EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA. Inexiste excesso de linguagem na decisão de pronúncia quando o Juiz prolator apenas menciona a prova testemunhal com o fito de demonstrar que a tese deduzida na denúncia deve ser admitida, inclusive, quanto às qualificadoras, e submetida à apreciação do Júri. Preliminar rejeitada. 2 - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. Não há que se falar em nulidade da decisão intermediária, quando não se percebe qualquer ofensa ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal. Preliminar rejeitada. 3 - OMISSÃO NA ANÁLISE DE TESE DEFENSIVA. Verificando que todas as teses apresentadas em sede de alegações finais foram devidamente apreciadas na sentença recorrida, ainda que de forma implícita, por decorrência de interpretação lógica, a preliminar deve ser rejeitada. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. LEGÍTIMA DEFESA. MATERIALIDADE COMPROVADA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DESPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL. INVIÁVEL. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. 4 - Ao juízo de pronúncia basta a comprovação da existência do fato e

de indícios suficientes de autoria de delito doloso contra a vida, não sendo necessária prova plena, certeza, como nas decisões de mérito. 5 - Para que o réu seja absolvido sumariamente, com base no disposto no art. 415, IV, do CPP, é necessário que a excludente de ilicitude ou culpabilidade esteja provada de plano, de maneira incontestada e convincente. 6 - As qualificadoras do motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima somente podem ser excluídas se forem manifestamente improcedentes. 7 - Constatando-se a ausência de qualquer vício em termos constitucionais ou infraconstitucionais, o prequestionamento pode ser admitido tão somente para efeito de assegurar a interposição de recurso futuro em Instância Superior. 8 - Recurso conhecido e desprovido.

Foram opostos embargos de declaração pelo ora agravante, os quais foram desprovidos nos seguintes termos (e-STJ fl. 592):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ART. 619 DO CPP. CONTRADIÇÃO. DESPROVIMENTO. 1 - Devem ser desprovidos os embargos aclaratórios interpostos contra acórdão que não possui as contradições apontadas, inclusive, para fins de prequestionamento, principalmente, se a decisão colegiada examinou e decidiu as questões prequestionadas. 2 - Embargos declaratórios desprovidos.

Dai o recurso especial, no qual a defesa apontou negativa de vigência e dissídio jurisprudencial quanto ao disposto nos arts. 413 e 415, ambos do Código de Processo Penal, e 5º, XXXVIII, *b* e *d*, 93, IX, ambos da Constituição Federal. Asseverou, em síntese, que "[...] o recurso especial pretende a discussão atinente a aplicação da excludente de ilicitude da legítima defesa e o excesso de linguagem da sentença de pronúncia. Pois, o magistrado adentrou de forma concreta em matéria atinente ao Conselho de Sentença. Pretende ainda demonstrar que é dever do magistrado distanciar da matéria de ordem exclusiva das partes durante o debates em plenário, visando demonstrar aos Jurados as pertinências das teses, o que é vedado ao magistrado sentenciante da pronúncia" (e-STJ fl. 632).

Contrarrazões às e-STJ fls. 669/671.

Inadmitido o recurso na origem, os autos subiram a este Tribunal Superior por força de agravo.

O *Parquet*, ora agravado, manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fl. 752).

É o relatório.

Decido.

De início, a defesa alega que a decisão de pronúncia deve ser anulada em virtude do excesso de linguagem.

Acerca do excesso de fundamentação, assim consta da decisão de primeira instância (e-STJ fls. 369/373):

As declarações colhidas em juízo convergem no sentido de que o Réu, utilizando-se de uma arma de fogo, **de forma abrupta, inesperada e sem provocação das Vítimas, sem motivo aceitável**, promoveu os disparos de arma de fogo, atingindo-as e lesionando-as, não conduzindo-as ao óbito tão somente por fatores externos à sua vontade.

[...]

Extraí-se dos trechos transcritos acima, contando-se com a narrativa de pessoas que presenciaram a seqüência dos fatos imputados ao **Réu, que este foi quem moveu-se em direção a Jesely com a arma em punho, e, de forma inesperada, efetuou os disparos**, em meio à multidão participante dos festejos do carnaval na principal praça da Cidade de Itapirapuã, em frente ao prédio da Igreja Católica local.

Não é possível concluir que qualquer das vítimas tenha provocado o Réu. Ao contrário, tudo leva a crer que a lesão no nariz sofrida pelo Réu foi posterior aos disparos e decorreu da reação de Jesely ou de Cecília no intento de conterem o agressor.

Como se vê das provas colhidas em juízo, a causa da ação tem origem numa seqüência de conflitos entre as famílias do Réu e da Vítima Jesely, com notícias de ocorrência de vários homicídios tentados e consumados no passado.

A tese invocada pela Defesa, de que o Réu teria agido em legítima defesa, nesse momento, não merece abrigo, devendo a causa ser levada ao conhecimento do Conselho de Sentença.

Para sustentar tal pretensão, apega-se a Defesa nas declarações das vítimas colhidas em juízo, bem como que as lesões não implicaram risco de vida.

No entanto, em juízo não exauriente, convém notar a fragilidade de tais argumentos.

[...]

Ademais, a lógica do que ordinariamente acontece torna duvidosa a hipótese de Ronan ter levado um murro proferido por Josely e que, **numa coincidência surreal**, alguém estava ao lado do Réu, em público, com um revólver na cintura, pronto para o saque e disparos, com o acréscimo de que a arma não tinha qualquer registro.

Conforme as ponderações traçadas em linhas volvidas, **é possível que quem tenha agido em legítima defesa são as vítimas e não o Réu.**

Quanto às testemunhas, LEANDRO SOARES MAIA e JONHENNY CÂNDIDO DA SILVA, ambas residentes em Goiânia, à vista das contradições profundas e claras com os demais depoimentos, há indícios de que suas declarações não condizem com a verdade, e que vieram orientadas pela Defesa já com texto pronto a ser pronunciado, pelo quê, não merecem crédito algum.

Especificamente às lesões, é cediço que a não ocorrência material delas não é elemento do fato típico, e que o dolo é o fator determinante ao enquadramento penal, de modo que o que interessa fundamentalmente é a intenção do agente e não exclusivamente as consequências.

Diz o Ministério Público que o Réu agiu para vingar-se de ambas as vítimas, imputando-lhe a qualificadora prevista no artigo 121, §2º, inciso I, do Código Penal (motivo torpe).

No entanto, a partir do que já foi dito, tangente ao histórico de conflito entre as famílias de Josely e Ronan, **é forçoso reconhecer ter agido o Réu com este móvel tão somente em relação a esta vítima.**

[...]

Lado outro, **restou claro que a vítima CECÍLIA BARBOSA BASTOS foi alvejada em circunstâncias que impediram e/ou dificultaram sobremaneira a sua defesa**, em decorrências dos disparos efetuados de costas, e de forma imprevista e inesperada, justificando a inclusão da qualificadora prevista no artigo 121, §2º, IV, do Código Penal (com recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa).

No ponto, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ fl. 541):

Aduz o recorrente que o Juiz, ao expor os fundamentos pelos quais entendeu pela sua pronúncia pelos crimes de homicídio qualificados na forma tentada, mostrou-se convencido da autoria delitiva, bem como da motivação do agente, o que poderá induzir a decisão dos jurados, viciando, assim, o procedimento.

Após detida análise do teor da decisão recorrida, não vislumbrei o imoderado aprofundamento de questões referente ao mérito da causa na fundamentação da decisão, que possa prejudicar as alegações

defensivas perante o soberano Júri ou que possa viciar a imparcialidade dos Jurados.

Com efeito, percebe-se, pela motivação constante da decisão de pronúncia, o claro limite entre as razões invocadas pela defesa por ocasião de suas alegações finais e a questão meritória propriamente dita.

Assim, entendo que o nobre magistrado prolator da decisão recorrida, aplicando a devida técnica, limitou-se à ponderação da admissibilidade da acusação, que lhe é reservada neste momento processual, remetendo todo o mérito da ação penal à apreciação pelo Tribunal do Júri.

Ao reconhecer que havia indícios de autoria, tão somente exerceu juízo de prelibação, usando de termos moderados, que levam a crer que o réu praticou os crimes imputados.

Portanto, não se pode falar em excesso de linguagem, não havendo qualquer induzimento ou intromissão na competência reservada ao Sinédrio Popular.

Assim, rejeito a preliminar.

Ao realizar um juízo positivo da inicial acusatória, no rito do júri, por meio da sentença de pronúncia, o Juízo sumariante deve se valer de termos sóbrios e comedidos, para não provocar indevida influência dos jurados.

No caso, mostra-se patente a eloquência acusatória, pois o Juízo sumariante exerceu juízo de certeza, excedendo a fundamentação necessária, em juízo de possibilidade, para submeter o mérito da imputação ao Conselho de Sentença.

Esta Corte Superior de Justiça, alinhando-se ao entendimento emanado do Supremo Tribunal Federal, assentou a orientação de que, nos casos em que se verifica a efetiva ocorrência de excesso de linguagem, tal como no caso dos autos, deve ser anulado o *decisum* impugnado para que outro seja proferido.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO.  
PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.  
ANÁLISE DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO.  
AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CULPA CONSCIENTE OU  
DOLO EVENTUAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.  
EXCESSO DE LINGUAGEM. OCORRÊNCIA. DECRETAÇÃO  
DE NULIDADE. INSUFICIÊNCIA DE SIMPLES

ENVELOPAMENTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. O acórdão que analisou o recurso em sentido estrito incorreu em excesso de linguagem ao utilizar expressões de certeza quanto ao elemento subjetivo do delito, com fortes qualificativos passíveis de induzir o Conselho de Sentença.

**4. Em observância ao recente entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que, em atenção ao art. 472 do CPP e à vedação aos pronunciamentos ocultos, nos casos de reconhecido excesso de linguagem, o simples desentranhamento e envelopamento da peça que incorreu no vício não é suficiente, devendo ser declarada a nulidade do acórdão hostilizado, para que outro seja prolatado.**

5. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem de ofício, para anular o acórdão hostilizado, por excesso de linguagem, a fim de que os autos retornem à Corte Estadual para novo pronunciamento. (HC 308.047/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 20/04/2016, grifei.)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ART. 121, § 2º, INCISOS II, III E IV DO CÓDIGO PENAL. PRONÚNCIA. NULIDADES. EXCESSO DE LINGUAGEM CONFIGURADO. TESTEMUNHA. RATIFICAÇÃO DO DEPOIMENTO PRESTADO NO INQUÉRITO. ALEGADA DEFICIÊNCIA TÉCNICA DO ANTERIOR CAUSÍDICO. SÚMULA 523 DO STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

III - A prolação da decisão de pronúncia exige forma lacônica e acentuadamente comedida, sob pena do órgão julgador incorrer no vício do excesso de linguagem (precedentes).

**IV - A decisão proferida em primeiro grau, no caso em exame, não se limitou a afirmar a existência de prova de materialidade e indícios de autoria, mas extrapolou a linguagem adequada, incorrendo no vício do excesso de linguagem. Assim, faz-se necessária a sua cassação, não sendo suficiente a determinação de que o r. decisum seja lacrado para que não venha a ser examinado pelos integrantes do Conselho de Sentença (precedentes do STF).**

V - A eventual nulidade verificada na oitiva das testemunhas, mediante a simples leitura do depoimento prestado na fase de inquérito, indagando-se, em seguida, pela confirmação da versão inicial dos fatos, é relativa. Se o defensor do réu, presente na audiência, nada reperguntou, nem levantou qualquer objeção, não há como reconhecer

qualquer vício (precedentes do STF).

VI - As alegadas nulidades (atuação do anterior causídico, que desistiu das testemunhas arroladas na defesa preliminar; e as alegações finais que, segundo o Impetrante, seriam genéricas) são relativas, o que faz incidir ao presente caso o Enunciado n. 523, da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que afirma que "no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu" (precedentes do STF e do STJ).

Ordem não conhecida. Habeas Corpus concedido de ofício apenas para anular a decisão de pronúncia, diante do excesso de linguagem. (HC 304.043/PI, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 26/11/2015, grifei.)

Por fim, tendo sido reconhecido o excesso de linguagem, fica prejudicada a análise das demais teses aventadas pela defesa.

Ante o exposto, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para reformar o aresto recorrido a fim de anular a sentença de pronúncia, uma vez que foi reconhecido o excesso de linguagem, e determinar que outra seja prolatada.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator